

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67285.000088/2026-39

2. Introdução

2.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, conforme previsto no artigo 3º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022. Trata-se de um instrumento essencial que visa à identificação clara da necessidade da Administração, à caracterização do interesse público envolvido e à definição da solução mais adequada para o atendimento da demanda.

2.2 No âmbito da Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR), criada pela Portaria nº 661/GM3, de 15 de setembro de 1960, e com competências definidas no Regulamento aprovado pela Portaria nº 879/GC3, de 09 de junho de 2017, compete à unidade a gestão de bens móveis, imóveis e intangíveis de natureza residencial pertencentes à União, sob responsabilidade do Comando da Aeronáutica, no território do Distrito Federal.

2.3 Neste contexto, a contratação objeto deste ETP visa atender às necessidades operacionais da PABR, promovendo a adequada prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade e garantindo a manutenção, conservação e funcionalidade dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) a seu encargo.

2.4 O presente estudo foi elaborado conforme os parâmetros estabelecidos no artigo 9º da referida Instrução Normativa, observando os aspectos técnicos, operacionais, econômicos, ambientais e de sustentabilidade necessários para a devida fundamentação da contratação, em consonância com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

3. Descrição da necessidade

3.1 A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de poda e remoção de árvores em imóveis funcionais administrados pela Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR) é essencial para a conservação, segurança e funcionalidade dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), compostos por 25 unidades localizadas no Lago Sul/DF.

3.2 Tais serviços visam não apenas à manutenção paisagística e ao aspecto estético dos imóveis, mas, sobretudo, à preservação da integridade física das edificações e à segurança dos ocupantes e da vizinhança. Árvores de pequeno, médio e grande porte, quando não corretamente manejadas, podem comprometer redes elétricas, estruturas prediais, muros e vias de acesso, além de representar risco de acidentes em períodos de intempéries.

3.3 A execução regular dos serviços de poda contribui para o controle do crescimento vegetativo, assegura o desenvolvimento saudável das espécies e previne a propagação de pragas. Já a remoção de árvores que apresentem risco ou estejam comprometidas estruturalmente é uma ação corretiva necessária para eliminar potenciais danos e responsabilidades à Administração.

3.4 Incluem-se ainda, na execução dos serviços, a coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados, bem como a adoção de técnicas adequadas de corte e sinalização, respeitando a legislação ambiental e de segurança do trabalho vigente no Distrito Federal. Tais exigências garantem que as ações ocorram com o menor impacto possível, promovendo o ordenamento ambiental dos imóveis e o uso sustentável dos recursos públicos.

3.5 Dessa forma, a contratação proposta atende a uma necessidade concreta e recorrente da PABR, estando diretamente relacionada à sua competência de zelar pelos bens sob sua administração, conforme previsto na Portaria nº 879/GC3, de 9 de junho de 2017.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para garantir a efetividade, a segurança e a qualidade dos serviços de poda, bem como o atendimento adequado à legislação vigente e às diretrizes de sustentabilidade, serão exigidos, da futura contratada, os seguintes requisitos mínimos de habilitação e execução:

4.1. Requisitos técnicos, legais e operacionais

4.1.1. Licenças e autorizações

A empresa contratada deverá apresentar, previamente à execução dos serviços, licenças e autorizações emitidas pelos órgãos ambientais competentes do Distrito Federal, tais como licença ambiental de operação e autorização para corte e poda, conforme legislação local aplicável.

4.1.2. Qualificação técnica

Será exigida comprovação de experiência da empresa em serviços similares, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados dos registros profissionais de responsáveis técnicos e certificados de capacitação compatíveis com as atividades contratadas.

4.1.3. Seguro de responsabilidade civil

Deverá ser apresentado documento comprobatório de apólice ativa de seguro de responsabilidade civil, com cobertura para danos materiais e pessoais eventualmente causados durante a execução dos serviços, em valores compatíveis com o risco envolvido.

4.1.4. Normas de segurança e saúde ocupacional

A empresa deverá demonstrar conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, mediante apresentação de documentos como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e comprovações de treinamentos específicos de trabalho em altura (NR-35) e operação de equipamentos.

4.1.5. Certificados e laudos técnicos

Será exigida a apresentação de laudos e registros técnicos dos serviços realizados, além de certificados de capacitação dos operadores e funcionários envolvidos, assegurando conformidade com as boas práticas ambientais e urbanísticas.

4.2. Critérios de sustentabilidade

4.2.1. Manejo sustentável de resíduos

A contratada deverá coletar, transportar e destinar corretamente os resíduos provenientes da poda e remoção, em conformidade com as normas ambientais vigentes no Distrito Federal. A destinação deverá ser comprovada mediante apresentação de documentação emitida por local ou entidade licenciada para o recebimento.

4.2.2. Redução de impactos ambientais

Serão priorizadas técnicas que minimizem danos ao meio ambiente, como cortes direcionados, proteção de espécies nativas e redução de emissões por otimização de deslocamentos e uso de equipamentos em bom estado e de baixa emissão.

4.2.3. Adoção de práticas sustentáveis

A contratação observará os princípios constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, como uso racional de recursos naturais, reaproveitamento de materiais sempre que possível e respeito ao ciclo de vida dos elementos vegetais manejados.

6.5 Quanto aos riscos associados à solução adotada, avaliou-se que a contratação de empresa especializada mitiga os principais gargalos operacionais, como a ausência de pessoal capacitado, a destinação inadequada dos resíduos ou acidentes durante a execução, desde que observados os requisitos técnicos e legais estabelecidos nos artefatos de planejamento.

6.6 Portanto, a solução escolhida demonstra equilíbrio entre custo, segurança, qualidade e viabilidade, sendo tecnicamente justificada e economicamente vantajosa. Sua adoção permite à Administração atender às demandas de forma planejada e segura, sem gerar passivos ambientais ou comprometer a rotina de manutenção predial dos imóveis sob sua responsabilidade.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução adotada para atendimento da presente demanda consiste na contratação de empresa especializada na execução de serviços de poda e extração de árvores de pequeno, médio e grande porte, incluindo o manejo completo da vegetação (corte, poda, destocamento), transporte e destinação final dos resíduos, em imóveis funcionais administrados pela Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR), localizados na região do Lago Sul/DF.

7.2. A contratação abrangerá os seguintes elementos essenciais:

7.2.1. Execução técnica qualificada dos serviços, com emprego de profissionais habilitados, equipamentos apropriados e adoção de métodos seguros e ambientalmente responsáveis;

7.2.2. Remoção e destinação ambientalmente adequada dos resíduos oriundos da poda e remoção de árvores, em conformidade com a legislação ambiental vigente no Distrito Federal;

7.2.3. Aplicação de normas de segurança do trabalho e legislação de trabalho em altura, com comprovação de capacitação dos operadores e apresentação de documentação obrigatória como PPRA, PCMSO e certificados de treinamento;

7.2.4. Apresentação de licenças ambientais e operacionais exigidas pelos órgãos reguladores, bem como de seguro de responsabilidade civil compatível com os riscos envolvidos; e

7.2.5. Garantia mínima de 20 (vinte) dias, compreendido entre o recebimento definitivo e o provisório, sobre os serviços prestados, abrangendo a reexecução, quando necessário.

7.3. Diante da característica sazonal e da imprevisibilidade de parte das demandas (ex.: quedas de árvores após intempéries, intervenções urgentes por risco à segurança), optou-se pela utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) como modelo de contratação. O SRP oferece flexibilidade para atender a demandas de forma parcelada, conforme a necessidade, sem comprometer o orçamento público com contratações imediatas e de grande volume.

7.4. Trata-se de solução aderente às hipóteses previstas no art. 3º, incisos I e V, do Decreto nº 11.462/2023:

"I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

7.5. A adoção do SRP assegura planejamento orçamentário, resposta célere às necessidades pontuais, controle de estoque de serviços e contratações mais eficientes, com base em critérios previamente fixados, garantindo a previsibilidade dos custos e a padronização da execução contratual.

7.6. Adicionalmente, fica expressamente vedada a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, ainda que federativos, conforme decisão da Administração. Tal restrição visa preservar o controle da gestão da Ata e assegurar que sua utilização esteja alinhada exclusivamente ao planejamento da PABR, evitando impactos na execução contratual e riscos de sobrecarga da empresa contratada.

7.7. A solução adotada é simples, uma vez que não depende de outras contratações correlatas ou interdependentes, e não acarreta necessidade de aquisição de bens permanentes nem de estrutura adicional por parte da Administração, o que reforça sua viabilidade técnica, operacional e econômica.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A estimativa das quantidades é elemento obrigatório do Estudo Técnico Preliminar e representa um dos fundamentos centrais para a composição da versão inicial do orçamento estimado da contratação, em conjunto com os preços unitários. Sua correta apuração é essencial para garantir a viabilidade econômica da solução, evitar contratações insuficientes ou superdimensionadas e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2 Para a presente contratação, a definição dos quantitativos foi elaborada com base em:

8.2.1 Levantamento técnico da Seção de Manutenção e da equipe gestora da PABR, que acompanha rotineiramente a condição das áreas verdes dos imóveis sob responsabilidade da unidade;

8.2.2 Experiência acumulada em contratações anteriores com escopo similar, ajustadas ao perfil dos 25 imóveis funcionais localizados no Lago Sul/DF;

8.2.3 Projeção da demanda anual considerando as estações chuvosa e seca, períodos nos quais ocorrem aumento da vegetação e riscos associados à queda de galhos ou árvores; e

8.2.4 Avaliação da capacidade orçamentária da unidade e da interdependência com outras contratações de manutenção predial e paisagística.

8.3 Além disso, observou-se a necessidade de dimensionar as quantidades considerando a economia de escala. Contratações com volume adequado de serviços favorecem a obtenção de preços unitários mais competitivos, otimizam o uso de recursos operacionais por parte da contratada e ampliam o número de potenciais licitantes, uma vez que evitam exigências excessivas de qualificação técnica.

8.4 Abaixo segue a tabela com os itens previstos e as quantidades estimadas para o período de vigência da Ata de Registro de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE	QTD. MÍNIMA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Serviço de poda de árvore de pequeno porte com altura de até 5 metros , com o corte e remoção de galhos secos, doentes, quebrados ou que apresentem risco à segurança, que interfiram em redes elétricas, edificações e vias públicas, utilização de ferramentas manuais, como serrotes, tesouras de poda, motosserras, escada e/ou andaime, evitando danos à estrutura da árvore, com aplicação de técnicas adequadas como o corte direcionado para favorecer o crescimento saudável da árvore, minimizar o impacto ambiental e garantir a cicatrização dos cortes, a observância da legislação de trabalho em altura, coleta e destinação dos resíduos de acordo com as normas ambientais vigentes no DF, a correta sinalização do local, com a limpeza e a retirada de todo material proveniente da poda até 60 metros de distância da árvore a ser podada ao caminhão de transporte, incluindo carga, transporte e descarga em sua destinação final.	UNIDADE	1	20
	Serviço de poda de árvore de médio porte com altura entre 5 e 10 metros , com o corte e remoção de galhos secos, doentes, quebrados ou que apresentem risco à segurança, que interfiram em redes elétricas, edificações e vias públicas, utilização de ferramentas como serrotes, tesouras de poda, motosserras, escada, andaime e/ou caminhão munck com plataformas elevatórias e técnicas			

2	de escalada, evitando danos à estrutura da árvore, com aplicação de técnicas adequadas como o corte direcionado para favorecer o crescimento saudável da árvore, minimizar o impacto ambiental e garantir a cicatrização dos cortes, a observância da legislação de trabalho em altura, coleta e destinação dos resíduos de acordo com as normas ambientais vigentes no DF, a sinalização do local, com a limpeza e a retirada de todo material proveniente da poda até 60 metros de distância da árvore a ser podada ao caminhão de transporte, incluindo carga, transporte e descarga em sua destinação final.	UNIDADE	1	15
3	Serviço de poda de árvore de grande porte com altura superior a 10 metros , com o corte e remoção de galhos secos, doentes, quebrados ou que apresentem risco à segurança, que interfiram em redes elétricas, edificações e vias públicas, corte de galhos de grande diâmetro com segurança e planejamento, com utilização de ferramentas como serrotes, tesouras de poda, motosserras, escada, andaime e/ou caminhão munck com plataformas elevatórias e técnicas de escalada, evitando danos à estrutura da árvore, com aplicação de técnicas adequadas como o corte direcionado para favorecer o crescimento saudável da árvore, minimizar o impacto ambiental e garantir a cicatrização dos cortes, a observância da legislação de trabalho em altura, coleta e destinação dos resíduos de acordo com as normas ambientais vigentes no DF, sinalização da área, com a limpeza do local e a retirada de todo material proveniente da poda até 60 metros de distância da árvore a ser podada ao caminhão de transporte, incluindo carga, transporte e descarga em sua destinação final.	UNIDADE	1	15
4	Serviço de remoção/retirada de árvore de pequeno porte com altura de até 5 metros , com o corte total da árvore que apresentar risco à segurança, danos em redes elétricas, edificações ou vias públicas, com utilização de ferramentas manuais, como serrotes, tesouras de poda, motosserras, escada e/ou andaime, evitando danos à estrutura do local, com aplicação de técnicas adequadas com segurança e planejamento do corte, a observância da legislação de trabalho em altura, coleta e destinação dos resíduos de acordo com as normas ambientais vigentes no DF, sinalização da área, com destocamento da raiz de forma manual ou mecânica, com a limpeza do local e a retirada de todo material proveniente da árvore até 60 metros de distância da árvore retirada ao caminhão de transporte, incluindo carga, transporte e descarga em sua destinação final.	UNIDADE	1	15
	Serviço de remoção/retirada de árvore de médio porte com altura entre 5 e 10 metros , com o corte total da árvore que apresentar risco à segurança, danos em redes elétricas, edificações ou vias públicas, com utilização de ferramentas manuais, como serrotes, tesouras de poda, motosserras, escada, andaime e ou caminhão munck com plataformas elevatórias e técnicas de escalada, evitando			

9.2. A estimativa do valor da contratação é parte fundamental do Estudo Técnico Preliminar e tem por finalidade aferir a viabilidade econômica da solução proposta, subsidiar a definição do critério de julgamento da licitação e orientar a Administração quanto à alocação de recursos orçamentários.

9.3. A construção do valor estimado foi realizada com base em **pesquisa de mercado estruturada**, atendendo aos critérios estabelecidos no art. 5º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, utilizando múltiplas fontes para assegurar representatividade, confiabilidade e isenção.

9.4. A metodologia aplicada compreendeu:

9.4.1. Consulta a **potenciais fornecedores do ramo**, por meio de cotações formais;

9.4.2. Pesquisa de valores em **licitações homologadas** em bases oficiais do Governo Federal, em especial o portal **Compras.gov.br**;

9.4.3. Análise e tratamento dos valores obtidos com base em critérios de validade, compatibilidade, dispersão e média saneada dos valores.

9.5. O detalhamento completo da pesquisa está organizado nos seguintes anexos, que integram este Estudo Técnico Preliminar:

9.5.1. **Anexo I do ETP** – Planilha de Pesquisa de Preços e Mapa Comparativo detalhados com valores unitários e totais por item de forma analítica; e

9.6. Com base no tratamento dos dados coletados, foi possível estimar o valor total da contratação, já considerando a estimativa das quantidades definidas no item anterior deste ETP.

9.7. Destaca-se que o valor estimado **não vincula a Administração** para fins de contratação, sendo apenas um parâmetro de referência orçamentária, sujeito à atualização em função do cenário de mercado, da vigência da Ata de Registro de Preços e da competitividade do certame.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A equipe de planejamento optou por não realizar o agrupamento dos itens em lotes ou grupos, decidindo pela licitação dos itens de forma individualizada (por item). Tal decisão está fundamentada na busca por ampliar a competitividade do certame, garantindo maior participação de empresas de diferentes portes, especialmente microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. A opção por não parcelar a solução em grupos visa evitar a concentração de mercado e assegurar a isonomia entre os licitantes, promovendo a disputa saudável entre fornecedores especializados em diferentes tipos de serviço (como poda, remoção ou destocamento), permitindo que empresas com especialização distinta possam concorrer apenas aos itens que têm capacidade técnica de atender.

10.3. Além disso, a medida favorece:

10.3.1. Redução de barreiras à entrada de potenciais licitantes;

10.3.2. Mitigação de riscos de inexecução parcial, que poderiam ser ampliados com contratos agrupados com escopo diverso;

10.3.3. Aderência ao princípio da economicidade, uma vez que o fracionamento adequado dos objetos permite que os preços sejam formados com maior precisão, sem que itens mais simples sejam influenciados por itens de maior complexidade.

10.4. A decisão também observa o disposto no art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que, na aplicação do princípio do parcelamento nas compras públicas, devem ser considerados:

"I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II – o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

10.5. Considerando esses fatores, conclui-se que a licitação por item, sem agrupamento por tipo de serviço ou porte de árvore, é a alternativa mais vantajosa à Administração, por ser técnica e economicamente justificável, além de garantir maior aderência ao planejamento, flexibilidade na contratação e estímulo à competitividade no mercado.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Após análise técnica e administrativa realizada pela equipe de planejamento, **não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes** que estejam vinculadas à viabilidade da presente contratação.

11.2 A prestação dos serviços de poda, extração e destocamento de árvores será executada de forma autônoma, não estando condicionada à contratação de bens ou serviços complementares para sua efetiva implementação. Da mesma forma, não há relação de dependência técnica, orçamentária ou operacional com outras contratações planejadas ou em curso pela PABR.

11.3 A solução é considerada **simples e autoexecutável**, sendo plenamente viável de forma isolada, por meio da contratação direta de empresa especializada, conforme previsto neste Estudo Técnico Preliminar.

11.4 Portanto, **não há necessidade de integração ou coordenação com outros processos licitatórios ou contratuais**, o que reforça a independência e a exequibilidade da presente demanda, mitigando riscos e facilitando o controle administrativo por parte da gestão contratual.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A contratação dos serviços de poda, extração e destocamento de árvores encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR), tanto em nível tático quanto operacional, sendo contemplada no Plano de Trabalho Anual (PTA 2025) como ação integrante da manutenção e conservação dos imóveis funcionais sob responsabilidade da unidade.

12.2 Adicionalmente, a demanda está formalmente prevista no Plano Anual de Aquisições e Contratações (PAAC 2025), registrado sob o código **GAPDF26SER072**, o que demonstra aderência ao processo de planejamento das contratações públicas, conforme determina a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e o art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

12.3 Tal alinhamento assegura maior previsibilidade orçamentária, integridade da gestão de contratações e efetivo cumprimento das metas institucionais da PABR, promovendo o uso racional dos recursos públicos e a melhoria contínua da infraestrutura e segurança dos Próprios Nacionais Residenciais.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços, objeto da licitação, tem como objetivo atender a uma necessidade pública concreta, relacionada à conservação patrimonial, à segurança dos usuários e à gestão eficiente dos recursos públicos.

Com base nos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade, os resultados pretendidos com a execução contratual são os seguintes:

13.1. Benefícios diretos esperados

13.1.1. Redução de riscos patrimoniais e pessoais, por meio do manejo técnico da vegetação em áreas residenciais, prevenindo acidentes, danos estruturais e quedas de galhos ou árvores que possam atingir edificações, redes elétricas ou vias internas;

13.1.6. Elevação da eficácia na gestão dos imóveis funcionais, com maior agilidade e continuidade nas ações de manutenção, evitando paralisações ou ações corretivas emergenciais.

13.2.5. Conformidade legal com normas trabalhistas, ambientais e de segurança do trabalho.

13.3.3. Risco de variação de preços de mercado durante a execução, que poderá influenciar as condições de vantajosidade originalmente estimadas.

13.4.6. Conformidade com as normas de segurança e meio ambiente.

14. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a adequada execução dos serviços de poda, extração e destocamento de árvores nos imóveis funcionais da Prefeitura de Aeronáutica de Brasília, caberá à Administração a adoção prévia de uma série de medidas preparatórias, de natureza organizacional, documental, técnica e operacional. Essas providências são essenciais para prevenir riscos contratuais, assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e garantir o adequado acompanhamento e fiscalização dos serviços.

14.1. Designação formal do fiscal do contrato e capacitação

14.1.1. A Administração deverá designar formalmente o fiscal do contrato/gestor de Ata e, se for o caso, o(s) respectivo(s) fiscal(is) setorial(is), conforme previsto nos arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021;

14.1.2. Será promovida capacitação específica para a equipe de fiscalização, visando assegurar que os envolvidos compreendam suas atribuições, as obrigações contratuais da contratada, as normas de segurança aplicáveis e os critérios de conformidade dos serviços prestados.

14.2. Elaboração e disponibilização dos documentos de referência

14.2.1. A Administração deverá finalizar e disponibilizar o Termo de Referência, contendo as especificações técnicas, exigências legais, critérios de medição e aceitação dos serviços;

14.2.2. Também serão elaborados os documentos complementares que subsidiem a contratação, como o plano de fiscalização, minutas contratuais/Ata de Registro e registros dos imóveis abrangidos.

14.3. Comunicação e coordenação com moradores e gestores dos imóveis

14.3.1. Deverá ser estabelecido canal de comunicação com os responsáveis pelos imóveis funcionais, para organizar o cronograma de execução, autorizações de acesso e alinhamento quanto aos procedimentos operacionais da empresa contratada.

14.4. Solicitação de licenças ou autorizações ambientais, quando aplicável

14.4.1. Caso se verifique que alguma intervenção exige autorização prévia de órgão ambiental competente, caberá à Administração obter ou solicitar tais documentos antes do início da execução contratual.

14.5. Adequações operacionais e logísticas

14.5.1. Avaliar a necessidade de disponibilização de pontos de apoio, áreas de manobra para caminhões de transporte de resíduos e orientação de segurança nos imóveis em que os serviços forem realizados;

14.5.2. Garantir a sinalização adequada do ambiente durante a execução, especialmente em áreas com circulação de pedestres ou veículos.

14.6. Inclusão das previsões no cronograma orçamentário e financeiro

14.6.1. A PABR deverá prever em seu cronograma de execução orçamentária os recursos necessários para cobrir os custos contratuais, garantindo disponibilidade financeira ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

13.7. Estruturação de plano de gestão contratual/Ata de Registro de Preço

13.7.1. Será elaborado plano de gestão contratual que estabeleça claramente os indicadores de desempenho, frequência de acompanhamento, parâmetros de qualidade e rotinas de verificação dos serviços prestados.

A adoção tempestiva dessas providências garantirá a viabilidade da contratação, evitará riscos de execução ineficiente e resguardará a Administração contra eventuais atrasos, responsabilizações ou ônus indevidos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação dos serviços poderá acarretar impactos ambientais relacionados à geração de resíduos vegetais, ao uso de equipamentos com potencial emissor de ruídos e gases, bem como à remoção de exemplares arbóreos do meio urbano. Para mitigar tais impactos e promover o equilíbrio entre a preservação ambiental e a necessidade pública, adotar-se-ão critérios de sustentabilidade ao longo de todas as fases da contratação.

15.2 Medidas de Sustentabilidade a serem Adotadas

15.2.1. Será exigida da contratada a apresentação das licenças ambientais pertinentes, bem como a adoção de práticas seguras de manejo arbóreo, observando-se o ciclo de vida das árvores e promovendo a poda responsável e a extração apenas em casos justificados por laudos técnicos.

15.2.2. Os resíduos resultantes das podas e remoções deverão ser coletados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada. Priorizar-se-á o reaproveitamento como composto orgânico ou a entrega a centrais de triagem, evitando o descarte inadequado em aterros comuns.

15.2.3. Será incentivado o uso de maquinário de menor impacto ambiental, incluindo equipamentos com menor emissão de poluentes e ruído. A logística operacional deverá priorizar rotas e métodos que reduzam a pegada de carbono da execução do serviço.

15.2.4. Prevê-se, quando aplicável, a responsabilidade do contratado na realização da logística reversa de materiais descartáveis e no descarte ambientalmente responsável dos resíduos gerados, conforme o previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

15.2.5. Sempre que aplicável, será exigida comprovação de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, bem como certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001 ou similares, para atestar o compromisso da empresa com boas práticas ambientais.

15.3 Responsabilidade pelo Licenciamento Ambiental

Conforme o art. 25, §5º, da Lei nº 14.133/2021, caberá à Administração avaliar a conveniência de transferir ao contratado a responsabilidade por eventuais licenças ambientais necessárias à execução dos serviços. Tal definição será prevista expressamente no Termo de Referência e no edital licitatório, conforme recomendação do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*.

15.4 Avaliação do Ciclo de Vida da Solução

Durante a seleção da solução, será considerado o impacto ambiental de cada etapa — desde a execução até o destino dos resíduos —, observando-se a lógica do ciclo de vida, em conformidade com os princípios da economia circular e da sustentabilidade multidimensional (ambiental, econômica e social).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na análise técnica contida neste Estudo Técnico Preliminar, esta equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação dos serviços, considerando sua adequação às necessidades operacionais da PABR, a conformidade com os princípios legais da Administração Pública e a existência de fornecedores capacitados no mercado.

Ressalte-se, entretanto, que a execução integral da contratação poderá estar condicionada à disponibilidade orçamentária, considerando possíveis contingenciamentos futuros de recursos. Ainda assim, a solução proposta apresenta-se como tecnicamente exequível, economicamente justificável e essencial para dar continuidade às ações de manutenção e conservação dos Próprios Nacionais Residenciais, com ganhos diretos em eficiência, economicidade e autonomia administrativa.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Submeto o presente documento para avaliação dos demais membros da comissão.

CARLOS ANDRE SANTOS DE OLIVEIRA

Membro Administrativo

Despacho: De acordo, Encaminho ao Presidente para apreciação.

ANTONIO WILSON SILVA BARRETO DOS SANTOS

Membro Técnico da Comissão de Planejamento

Despacho: Após apreciado, encaminho ao Dirigente Máximo, para dar prosseguimento a contratação.

JORE ATTIANESI

Presidente da Comissão de Planejamento

Despacho: Aprovo a contratação de serviço de poda e remoção de árvores, pretendida pela Administração.

VALDINEI FAGUNDES DE SOUZA

Dirigente Máximo



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	10 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 5_2026
Data/Hora de Criação:	26/01/2026 16:46:18
Páginas do Documento:	14
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	15
Hash MD5:	46c472b102fbd76a21405148f2d51324
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento CARLOS ANDRÉ SANTOS DE OLIVEIRA no dia 28/01/2026 às 13:35:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ANTÔNIO WILSON SILVA BARRETO DOS SANTOS no dia 10/02/2026 às 14:44:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JORE ATTIANESI no dia 05/03/2026 às 13:38:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JORE ATTIANESI no dia 11/03/2026 às 21:03:06 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RICARDO ALVES DOS SANTOS no dia 12/03/2026 às 20:43:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel VALDINEI FAGUNDES DE SOUZA no dia 15/03/2026 às 18:42:29 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar 5-2026
Data/Hora de Criação:	18/03/2026 14:21:16
Páginas do Documento:	16
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	17
Hash MD5:	f3503bed443d6a4673454a3705b5d59c
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LETÍCIA CAMPOS QUINTÃO no dia 17/04/2026 às 11:49:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento GISELE MARIA DE JESUS no dia 22/04/2026 às 10:31:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel VALDINEI FAGUNDES DE SOUZA no dia 23/04/2026 às 10:18:15 no horário oficial de Brasília.